

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1774239 - SP (2018/0271741-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SAO PAULO - IPESP
PROCURADOR : CARLA PAIVA - SP289501
AGRAVADO : EDA DAL FRABBRO BENETTI
AGRAVADO : ELIZABETE DINIZ COSTA
AGRAVADO : FRANCISCO KOBAL JUNIOR
AGRAVADO : FRANCISCO TORRES MORAN
AGRAVADO : IOLITA LEITE NEVES
AGRAVADO : JOANA IGNACIA DA SILVA
AGRAVADO : JOSÉ CARLOS CARNEIRO DA SILVA
AGRAVADO : JOSÉ PEREIRA GOMES
AGRAVADO : JURANDIR SOARES DE SOUZA
AGRAVADO : LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : MAGDALENA DESTRO PERDÃO
AGRAVADO : MARIA CORREA DA SILVA
AGRAVADO : MARIA DE LOURDES MOREIRA
AGRAVADO : MARIA JOSÉ ALVES
AGRAVADO : MARIA JOSE FAVARON LUIZE
AGRAVADO : MARIA MARTINS PERES
AGRAVADO : MARIA NOEMIA SAMPAIO BASSI
AGRAVADO : NAIR MONTEIRO TEIXEIRA
AGRAVADO : NEILA CORREA BARBOSA DE CARVALHO
AGRAVADO : NELY APARECIDA LORCA PIO
AGRAVADO : ORLANDINA SCOLS
AGRAVADO : RAIMY SALVIATTO SGORLON
AGRAVADO : THEREZINHA EUGÊNIA DOS SANTOS CAPUCHO
AGRAVADO : UBALDINO RIBEIRO SANTOS
AGRAVADO : VICENTINA DE OLIVEIRA SILVA
AGRAVADO : VIRGILIA DIAS BATISTA
AGRAVADO : VITOR INACIO ANACLETO
AGRAVADO : EDITH PEREIRA
ADVOGADOS : APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS - SP097365
ANDRE LUIZ DE SOUZA LIMA - SP321249

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019 impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

III – O Agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agravo Interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora